

Editorial 100 Anos da Revolução Russa Volume 23, no. 2

Definitivamente, não há o que comemorar!

Já de longa data, especialmente por meio dos escritos de J. Chasin, sustentamos a tese de que as transições intentadas, com especial ênfase no caso da União Soviética, jamais configuraram superação da sociabilidade do capital. Nos dias que correm tornou-se vital sublinhar tal lamentável fato histórico. Não há como negá-lo! A não ser que se decida, de uma vez por todas, apartar-se conscientemente do dado real e renunciar à análise objetiva, embora, é claro, em nossos tempos, tal padrão de discurso e procedimento tenha se tornado moeda corrente.

Desde há muito tempo procuramos nos colocar entre dois polos, quais sejam, o mito negativo e a mistificação desarvorada: entre a desconsideração teórica da revolução (emancipação humana) e a prática aviltada que se faz em nome da própria revolução. Se acerca dessa polarização muitos não conseguimos convencer, debite-se esta tremenda falha, em parte, ao padrão intelectual dominante em nossos tempos, padrão este que impossibilita o diálogo, de um lado, e obscurece a visão dos melhores e mesmo dos bem-intencionados. Agarrar-se aos mitos e mistificações – tanto de um tipo quanto de outro – parece ser o denominador comum das mais variadas polarizações a que se têm assistido, mas, em especial, daquela a que nos referimos aqui. A tarefa é urgente e, ao mesmo tempo, monumental: não se trata mais de avaliar "erros" da esquerda, nem mesmo os seus eventuais descaminhos, mas de reconhecer seu colapso. A tragédia se manifesta em todos os escaninhos possíveis e o mais grave a constatar é que são poucos os esforços em reconhecê-la na sua real envergadura. Não é fácil, sem dúvida. Mais confortável e cômodo é permanecermos atados aos velhos mitos e às carcomidas mistificações.

O fato aqui em pauta – outubro de 1917 – reverbera de modo decisivo para o presente e para o futuro. O colapso da Revolução de 1917, é forçoso reconhecer, ocorreu por suas inviabilidades originárias, sendo impossível sustentar hoje que tenha sido uma transição abortada ou precocemente comprometida. De fato, tratou-se do colapso de uma transição impossível. Ou seja, não estamos diante de um defeito ou uma degenerescência de ordem meramente política, mas do desembocar de um drama originário. A falta de compreensão efetiva dessa ocorrência histórica facilita a repetição dos erros passados em grau muito mais profundo, pois agora se mostram dessubstanciados do conteúdo real ou ilusório que ainda continham no passado.

Reconhecer objetivamente esses problemas como desafios a serem vencidos por análises de realidade – que, infelizmente, até hoje não foram

realizadas no nível de detalhe e precisão necessários – é o caminho por onde, sem utopias ou falácias meramente volitivas, podem se abrir legítimos horizontes de esperança e perspectivas de mudanças possíveis e desejáveis.

Como acanhada contribuição para esta tarefa, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* publica a segunda parte de um Dossiê 100 Anos da Revolução Russa, em que são debatidos diversos aspectos do evento que marcou o século, nem sempre, no entanto, coincidentes com as observações indicadas neste Editorial. Assim, a *Verinotio* abre, mais uma vez, suas páginas à polêmica.

O Dossiê é aberto pelo artigo *Ubi Lenin, ibi Jerusalem?* Ernst Bloch sobre la Revolución de Octubre, de Miguel Vedda, professor titular da Universidade de Buenos Aires. O autor mostra que o filósofo assumiu uma posição duramente hostil em relação à Revolução Russa desde seu estouro até o início de 1919. Bloch tinha então uma percepção idealizada e mística do universo russo, pelo que se empenhava em criticar a contradição entre os princípios do comunismo e as medidas levadas a cabo pelos bolcheviques, que só efetivariam uma forma enferma do socialismo, uma amálgama de disciplina prussiana e socialismo de estado centralista-autoritário. Estava convicto de que haveria uma queima de etapas se se tentasse realizar uma revolução socialista sem uma revolução burguesa preliminar pela qual se alcançasse um patamar civilizatório mínimo. Logo, porém, por influência de Lukács e de seus estudos do marxismo, mudaria radicalmente de posição, tornando-se um defensor entusiástico do Partido Bolchevique e elaborando uma teoria segundo a qual a imaturidade das condições objetivas para a revolução social pode ser compensada com a perseverança tenaz do sujeito revolucionário. Segundo Vedda, a nova postura de Bloch, contudo, teria mantido a orientação idealista, voluntarista e mística característica da etapa anterior. Por fim, o autor busca entender por que Bloch busca um antecedente tão distante, e ainda mais religioso – o protestantismo revolucionário de T. Münzer –, para dar conta de questões seculares de sua própria época.

O texto seguinte é A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista, de Everaldo de Oliveira Andrade. O docente da Universidade de São Paulo aborda a planificação como processo e parte integrante da própria revolução em andamento, nos planos teórico e prático, dado que a ocorrência da revolução em um país atrasado colocava novos e inéditos problemas para a busca de construção da economia socialista. Segundo o autor, os conselhos eram muito limitados para garantir a coordenação exigida pela grande produção industrial na escala de um país gigantesco e sob pressão da luta militar e o Comunismo de Guerra aumentou violentamente a necessidade de centralização da economia, redundando em medidas draconianas e na criação de instrumentos de

centralização econômica. Com a NEP, as perspectivas de rápida transformação da economia para um possível estágio socialista foram adiadas, seguindo-se diversas medidas de centralização e planejamento, ainda que sem um conjunto teórico e prático elaborado. Destaque-se as polêmicas em torno da lei do valor e sua vigência na economia pós-Revolução, relacionadas às propostas de planificação da economia e a um possível e necessário salto industrial do país. A partir de certo momento, avalia, a burocracia estatal-partidária confiscou a possibilidade da planificação econômica socialista para seus próprios fins. Assim, instituída aos sabores do taticismo stalinista, a planificação econômica teve resultados econômicos e sociais surpreendentes, mas a um custo político e humano igualmente gigantesco – permanecendo, contudo, como principal conquista do estado operário, de acordo com o autor.

Paulo Fernando Rocha Antunes, da Universidade de Lisboa, volta a contribuir com esta publicação, apresentando o texto Marx, Engels e Lênine: as guerras civis Americana, Francesa e Russa. Ele retoma a abordagem marxista de três guerras civis – a Americana (1861-5), a Francesa (1871) e a Russa (1918-21), destacando a importância das particularidades de cada nação para a ruptura revolucionária. Segundo o autor, Marx e Engels analisaram a Guerra Civil Americana como um conflito entre o “trabalho escravo”, baseado na necessidade constante de expansão e de conquista, e o “trabalho livre”. A derrota do Sul acabaria por completar a revolução burguesa estadunidense e a libertação dos escravos era portadora de “grandiosas consequências” para o trabalho em todo o mundo. Por sua vez, a Comuna, a mais relevante das experiências políticas e revolucionárias, depois das revoluções europeias de 1848, durante a vida de Marx e Engels, foi o primeiro exemplo histórico de ditadura do proletariado, poder político da classe trabalhadora que acabava com todos os instrumentos da burguesia, como a burocracia e o exército, voltados à repressão dos trabalhadores. Já no caso russo o debate se acerca da questão do conteúdo de uma guerra civil: se é deflagrada com vistas à tomada de poder por outra facção da classe dominante ou se se trata de um levantamento da classe dominada – esta última, a única que apresenta um conteúdo legítimo, no entender de Lênin.

Wanderson Fábio de Melo comparece neste número com o artigo Os comitês de fábrica e as propostas de controle operário da produção: da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917. O autor salienta que foi o protagonismo de operárias e operários que trouxe os soldados de baixa patente à luta social, não o inverso. Aborda a situação de dualidade de poderes vivida na Rússia após fevereiro, com o fortalecimento da “democracia revolucionária” dos soviets e organismos operários, de um lado, e de outro o governo oficial e a administração capitalista no interior

das indústrias. Destaca as lutas lançadas a partir dos comitês fabris: contra a opressão das chefias sobre os trabalhadores nas fábricas, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pelo direito à supervisão da administração capitalista e, por fim, pelo controle operário da produção. Mostra que a constituição paulatina da hegemonia do Partido Bolchevique no processo revolucionário tornou-se possível por expressar o universo ideopolítico dos ativistas – em vez de impetrar uma consciência trazida de fora do movimento ou corroborar o economicismo sindicalista – e sua atuação proporcionou o processo de aceleração da experiência dos trabalhadores e camponeses no combate prático. Conclui que a Revolução de Outubro de 1917 se desatou em antecipação às ações golpistas do Governo Provisório contra a democracia revolucionária. Os bolcheviques assumiram o poder rumo à construção do socialismo e à espera da revolução mundial, mas o isolamento revolucionário russo, a guerra civil, a miséria e a escassez, a queda na produção industrial e a redução do número de operários formaram o cenário no qual os comitês de fábrica sofreram um esvaziamento e, por consequência, o controle operário da produção foi substituído pela nacionalização.

A seguir, vem o ensaio de Ricardo Prestes Pazello e Pedro Pompeo Pistelli Ferreira, intitulado Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito. Os autores apresentam a inter-relação entre a discussão feita implicitamente por Lênin sobre tática e estratégia na arena política e o debate geral sobre a crítica ao direito. Expõem aspectos gerais do pensamento marxista leniniano – estreitamente vinculado à problemática da conexão entre teoria e prática e, portanto, radicalmente antidogmático – e dos possíveis significados de tática e de estratégia em sua obra para, enfim, abordar a relevância dessas reflexões para orientar uma crítica ao direito. Segundo os autores, o líder bolchevique tinha uma compreensão polivalente e flexível do direito, adaptável à situação concreta do movimento socialista e operário. Lênin, com seu instinto político aguçado, estava atento à necessidade de mediações conjunturais entre os objetivos finais, a estratégia (representação e planejamento do caminho que deve ser seguido para alcançar estes objetivos) e a tática (orientação concreta e imediata que coloca a estratégia política em prática). Na questão específica do direito, este senso se mostrava na constante interpenetração de uma perspectiva que tinha como horizonte o definhamento do direito (objetivo final), que haveria de ser efetuado por meio de uma crítica ao direito burguês (ou de um desuso *estratégico* da forma jurídica), que, por sua vez, concatenava-se com usos *táticos* do direito.

A burocratização, Stálin e a luta da Oposição contra a degeneração do Partido Bolchevique (1922-24), de Carlos Prado, é outro texto do Dossiê.

Parte da contestação à tese bastante difundida segundo a qual a concepção leninista de partido centralizado e de vanguarda foi o fator determinante para o desenvolvimento do fenômeno stalinista. Aponta que o Partido Bolchevique foi, durante muito tempo, uma organização de vanguarda e de massas, clandestina e legal, com uma estrutura interna que era ao mesmo tempo disciplinada e centralizada, mas também democrática e livre, cujos líderes buscavam o equilíbrio entre centralismo e democracia interna. Uma vez no poder, lutas internas promoveram um desequilíbrio em prol da burocracia, efetivado a partir de sucessivas mudanças implementadas por Stálin, que transformaram o regime interno do partido, ampliaram seu poder e sua influência na máquina partidária e limitaram a democracia interna e as livres discussões em favor da centralização e da disciplina. Entre tais medidas, cita a hierarquização do Partido, o sistema de nomeações e transferências, o fim das eleições livres nos comitês de base, a ampliação do controle do Secretariado sobre os secretários locais, a cultura do segredo, a manipulação nas eleições dos delegados para os congressos, a perseguição às críticas dos opositores, a inviabilização do debate aberto, o culto a Lênin após seu falecimento e a abertura do Partido a milhares de novos membros inexperientes. As críticas de Lênin e, posteriormente, de Trotsky e da Oposição evidenciam que o stalinismo não é uma continuidade do bolchevismo.

Marcio Lauria Monteiro apresenta o texto *As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo*, o qual parte do pressuposto de que este fenômeno é a questão-chave para a compreensão do que foi a União Soviética. Objetiva o resgate das contribuições analíticas sobre o tema elaboradas por Leon Trotsky, amplamente reconhecido como um dos principais opositores do regime stalinista, que considera pouco conhecidas e difundidas. Tendo o pensamento de Trotsky passado por diferentes fases, o autor privilegia a exposição mais pormenorizada da fase madura, mais estruturada e sistematizada, centrada na noção de “degeneração burocrática” e no conceito de “estado operário (burocraticamente) degenerado”. De acordo com o autor, para Trotsky, tendo por base uma situação de grande desigualdade social, decorrente de um incipiente desenvolvimento das forças produtivas, a burocracia teria se autonomizado, tornando-se uma casta parasitária cuja função principal era mediar os conflitos sociais por meio de uma crescente coerção, utilizando-se, para tal, de um regime análogo ao bonapartismo. Se inicialmente o stalinismo tinha um caráter centrista no plano internacional, após anos de rivalidades interimperialistas, Trotsky avaliou que se tornou contrarrevolucionário, levando a derrotas fragorosas, tais como a ascensão de Hitler ao poder e a traição da Revolução Espanhola, embora comportando outros giros políticos determinados pelas contradições características da burocracia

soviética. Finalmente, o autor salienta que Trotsky nunca descartou totalmente a possibilidade de esta força política dirigir uma revolução socialista, mesmo que de maneira deformada e como fruto de circunstâncias muito particulares.

Encerrando o Dossiê, apresentamos o texto *Percepções da Representação brasileira mediante as relações entre Angola/União Soviética: coesão ideológica ou interesses econômicos?*, de autoria de José Francisco dos Santos e Andréa Pires Rocha. O artigo analisa relatórios inéditos do Itamaraty de 1974-75, enviados pela então recente Representação brasileira em Angola, registrando as relações estabelecidas entre os dois países. Especificamente, abordam-se as percepções da Representação Brasileira em Angola a respeito dos conflitos internos no contexto do processo de libertação do país. Busca-se demonstrar que o principal interesse da presença brasileira no país africano era ali estabelecer negócios e empreendimentos brasileiros, explorando a possibilidade de ocupar o lugar de Portugal no que se refere à constituição do estado angolano e às relações necessárias com o capitalismo internacional. Conclui-se que mesmo em meio à guerra fria, na qual Angola se situava no bloco que recebia apoio dos “socialistas”, o Brasil sob a ditadura militar reconheceu a nova nação em função de determinantes muito mais econômicos que ideológicos.

Na seção *Entrevista*, apresentamos a conversa de György Lukács com o sociólogo italiano Franco Ferrarotti, realizada poucos meses antes da morte do filósofo húngaro. A conversa se inicia com o tema da sociologia ou, mais especificamente, da fragmentação e do tecnicismo das ciências sociais e da conseqüente perda da noção de totalidade. Lukács insiste em apontar os profundos descaminhos do marxismo (desde Lênin, no seu entender), que resultaram na completa ausência de uma teoria marxista, substituída pelo taticismo, pelo mecanicismo, pelo esquematismo – que ele resume sob o termo “stalinismo”. Donde, a necessidade de voltar a Marx para, com base em seu método, estudar a atual sociedade, da qual muitos aspectos não puderam ser trabalhados pelo próprio Marx, como a ampliação do domínio e da manipulação do capital sobre a vida cotidiana. Aborda a prioridade ontológica do ser em relação à consciência, que não implica subordinação, e a irredutibilidade da sociedade aos fatos econômicos. Faz, ainda, uma crítica bastante peculiar do “socialismo” existente no Leste europeu. A entrevista é antecedida por uma apresentação de Vitor B. Sartori, que visa a ressaltar momentos de crítica aguda e correta, mas também a presença de algumas aporias no pensamento tardio do filósofo húngaro tal como exposto na entrevista.

Na seção *Tradução*, temos a honra de publicar o clássico de Karl Marx *Glosas marginais ao Manual de economia política* de Adolph Wagner. As

Glosas foram redigidas por Marx em Londres entre 1879 e 1880 e nelas ele critica a desfiguração da teoria do valor desenvolvida n’*O capital* pelos “mestres-escolas alemães” e apresenta novamente as teses fundamentais de sua teoria econômica, sob o pressuposto de que nunca parte de abstrações. A tradução aqui apresentada, diretamente do alemão, é de responsabilidade de Luiz Philipe de Caux, com revisão de Thiago Simim.

Ainda nessa seção Tradução, apresentamos o texto Adorno e as antinomias da indústria cultural, de Enzo Traverso. O autor procura recuperar o contexto de elaboração do conceito de “indústria cultural” em Theodor W. Adorno. De acordo com Traverso, a teoria da indústria cultural integra em uma visão global e coerente um conceito de racionalidade de origem weberiana e um conceito de reificação de inspiração marxista com uma crítica romântica da modernidade herdeira da *Kulturkritik* alemã, tendo o jovem György Lukács como elo essencial. Adorno, juntamente com Max Horkheimer, já se valera daquela noção em *Dialética do esclarecimento*, de 1947, em contraposição a “cultura de massa”, que consideravam ambígua, passível de ser interpretada como cultura popular autêntica. Adorno avaliava que a indústria cultural era apenas mais uma dimensão do processo de reificação que se impunha desde o início do século XX, ressaltando que, uma vez que as relações sociais foram mercantilizadas, a cultura não escapara da alienação geral. Assim, os produtos da indústria cultural, uma mercadoria como as outras, eram apenas um simulacro da cultura autêntica – expressão de um mundo não submetido à racionalização técnica e à reificação mercantil. O autor avalia, por fim, haver em Adorno um tipo de hegelianismo negativo, a postulação de uma teleologia na qual o totalitarismo seria o resultado inelutável.

Na seção de Artigos livres, trazemos a lume o texto Revolução e contrarrevolução: o mundo lido por Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP, de Luiz Felipe Loureiro Foresti. No artigo o autor realiza a análise imanente da “obra máxima” de Oliveira, manifesto de fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): *Revolução e contrarrevolução*, publicada em 1959. Nesta obra o líder reacionário refuta o comunismo, o socialismo, o totalitarismo, o liberalismo, o liturgicismo, o *maritainismo* e outros “ismos” cujo denominador comum seria a *revolução*, que se iniciara com a Reforma Protestante e o humanismo renascentista e seguira com a Revolução Francesa. A esta história revolucionária o chefe da TFP contrapunha a cultura e a civilização católicas, além do seguimento das “leis naturais” que regeriam as sociedades humanas eternamente hierarquizadas. Neste mister, para Oliveira, as elites deveriam comandar uma “contrarrevolução” que possibilitasse a restauração e o incremento qualitativo de valores e hábitos medievais, sob os auspícios da Igreja Católica e com base na concórdia entre as classes.

O texto seguinte é Do genocídio nazista à escalada contrarrevolucionária da guerra fria: o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) e a Liga Mundial Anticomunista (WACL), de Rodolfo Costa Machado. O autor aborda a formação do Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN), organização internacional que aglutinava organizações ultranacionalistas de extrema-direita de que participavam muitos líderes e grupos anticomunistas do Leste Europeu (Romênia, Ucrânia e Croácia) que haviam sido aliados dos nazistas na II Guerra Mundial e perpetrado crimes de guerra contra dissidentes políticos, etnias e populações civis. Ainda assim, nunca receberam nenhuma punição dos vencedores do conflito mundial e alguns até foram eleitos porta-vozes das próprias vítimas locais. O ABN, fundado entre 1943-6 com auxílio dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental, interessados em operações encobertas antissoviéticas, por sua vez ajudou a criar, em 1966, a Liga Mundial Anticomunista (WACL), veículo de globalização efetiva da contrarrevolução anticomunista. Menciona-se, ainda, a título de exemplo, as conexões do ABN nas ditaduras militares paraguaia e brasileira.

Fechamos este número com o texto O trabalho pedagógico e suas possibilidades enquanto práxis no contexto da perspectiva crítica, histórica e cultural, de Isabel Akemi Hamada. A autora caracteriza o indivíduo como ser social, histórico e genérico, cuja formação se dá por meio das objetivações resultantes das elaborações históricas do gênero humano. Enfatiza-se que o lugar peculiar da educação a torna um momento especial para efetivação da práxis como a expressão da unidade subjetividade-objetividade, e conseqüentemente da unidade da relação teoria-prática. Segundo a autora, embora determinada pela estrutura econômica, a educação é também determinante de suas relações, mas sua autonomia em relação ao trabalho é relativa e não total, pelo que é um equívoco considerar uma práxis transformadora e redentora originada no âmbito da educação. Nesse sentido, a práxis revolucionária pela desalienação do trabalho, que deve ser permanente, necessita ocorrer paralelamente à contínua luta pela efetiva práxis pedagógica. No seu entender, a função social da escola é desenvolver uma forma sistematizada do conhecimento humano acumulado para a apropriação pelos indivíduos cujos aspectos subjetivos e psicológicos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem estão também em relação com a totalidade da prática social do gênero humano.

Com mais este número, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* espera continuar contribuindo, do seu modesto lugar, para o renascimento do marxismo e da esquerda autêntica, cujo primeiro passo é justamente a autocrítica e a coragem de recomeçar.

Boa leitura!

Os Editores